

Quem defende direitos no Brasil vive sob risco constante.



Terra de
Direitos

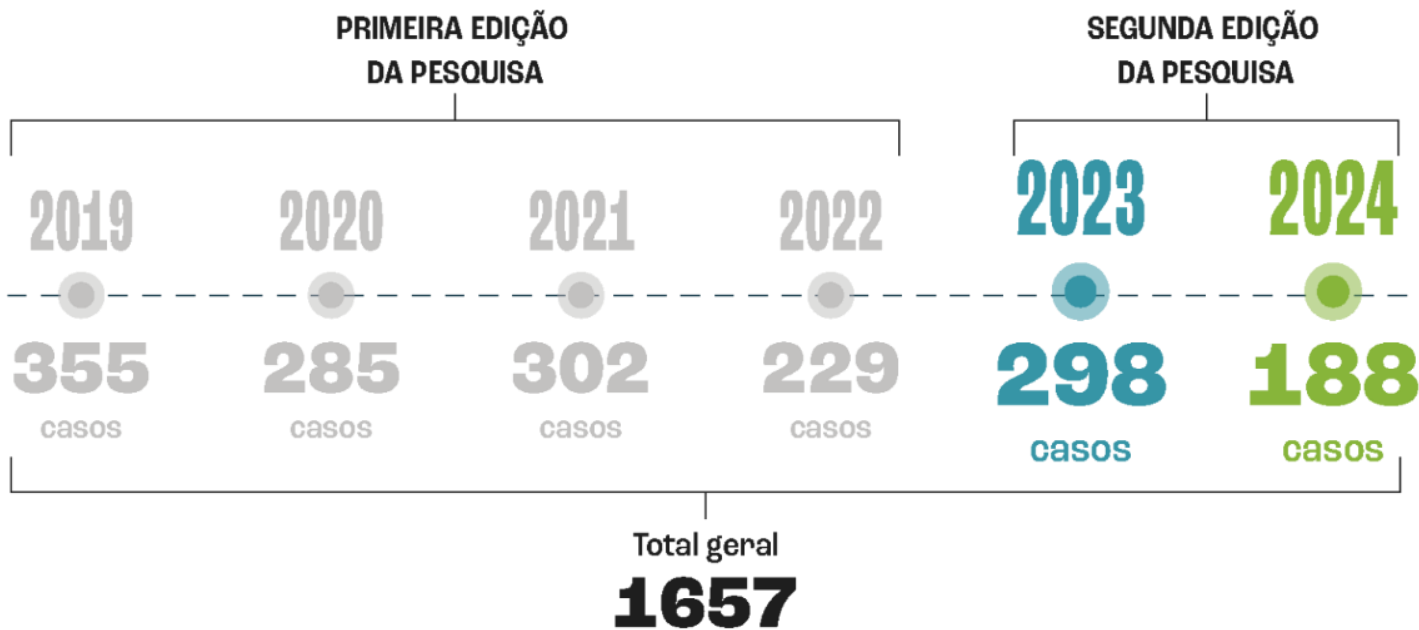


JUSTIÇA
GLOBAL

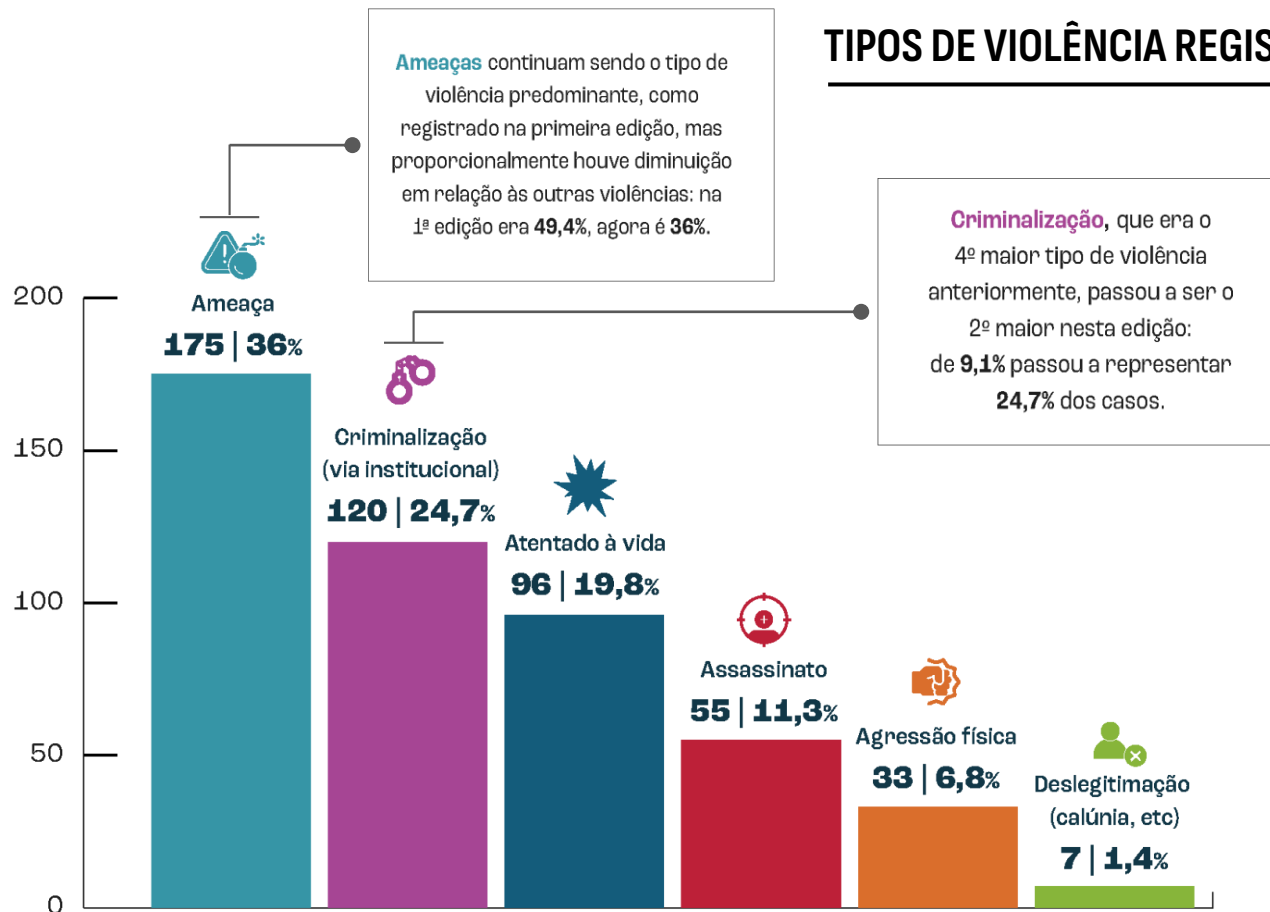


Este estudo dá continuidade ao levantamento de dados iniciado na **1ª edição** (2023), que identificou casos de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos entre os anos de **2019 e 2022**.

Foram mapeados **486 casos** de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos entre os anos de 2023 e 2024, registrados em **318 episódios**.

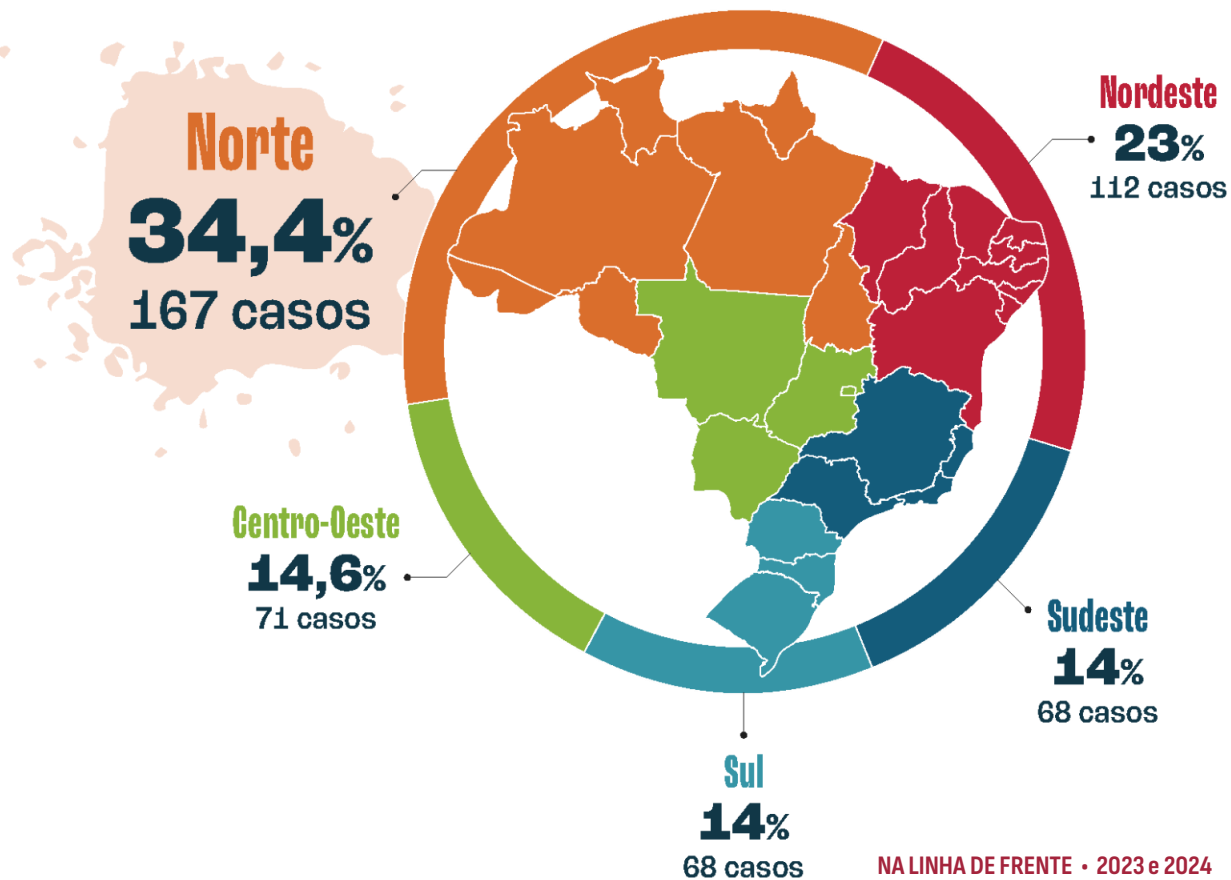


TIPOS DE VIOLÊNCIA REGISTRADOS ENTRE 2023 E 2024



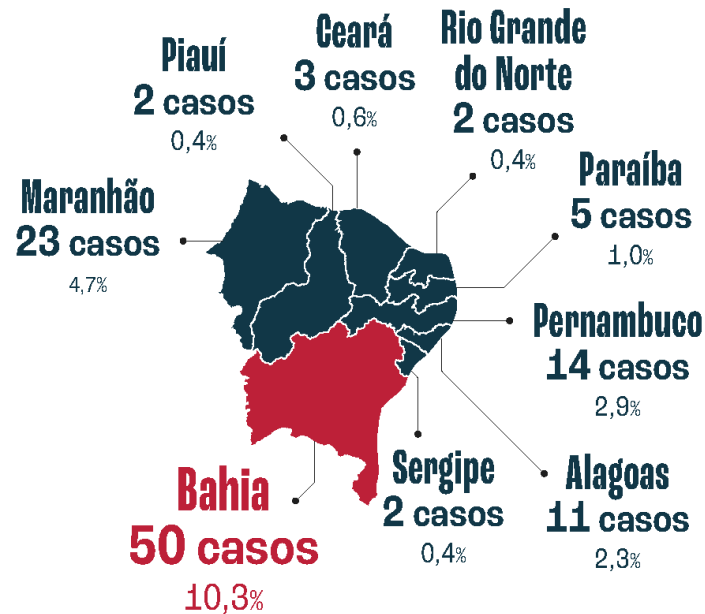
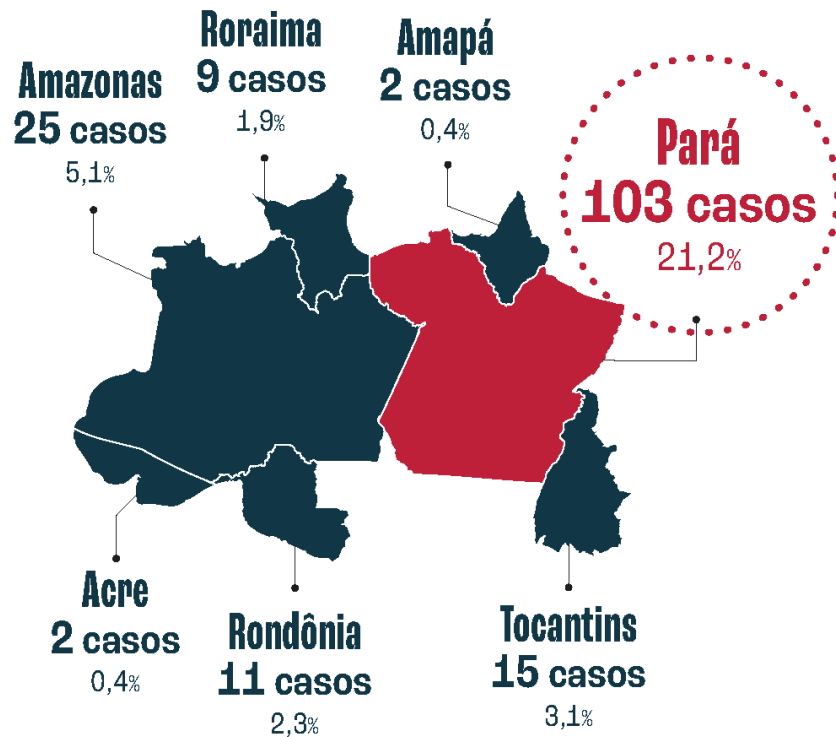
A cada **um dia e meio** uma pessoa sofre violência por defender direitos humanos no Brasil

VIOLÊNCIA POR REGIÃO

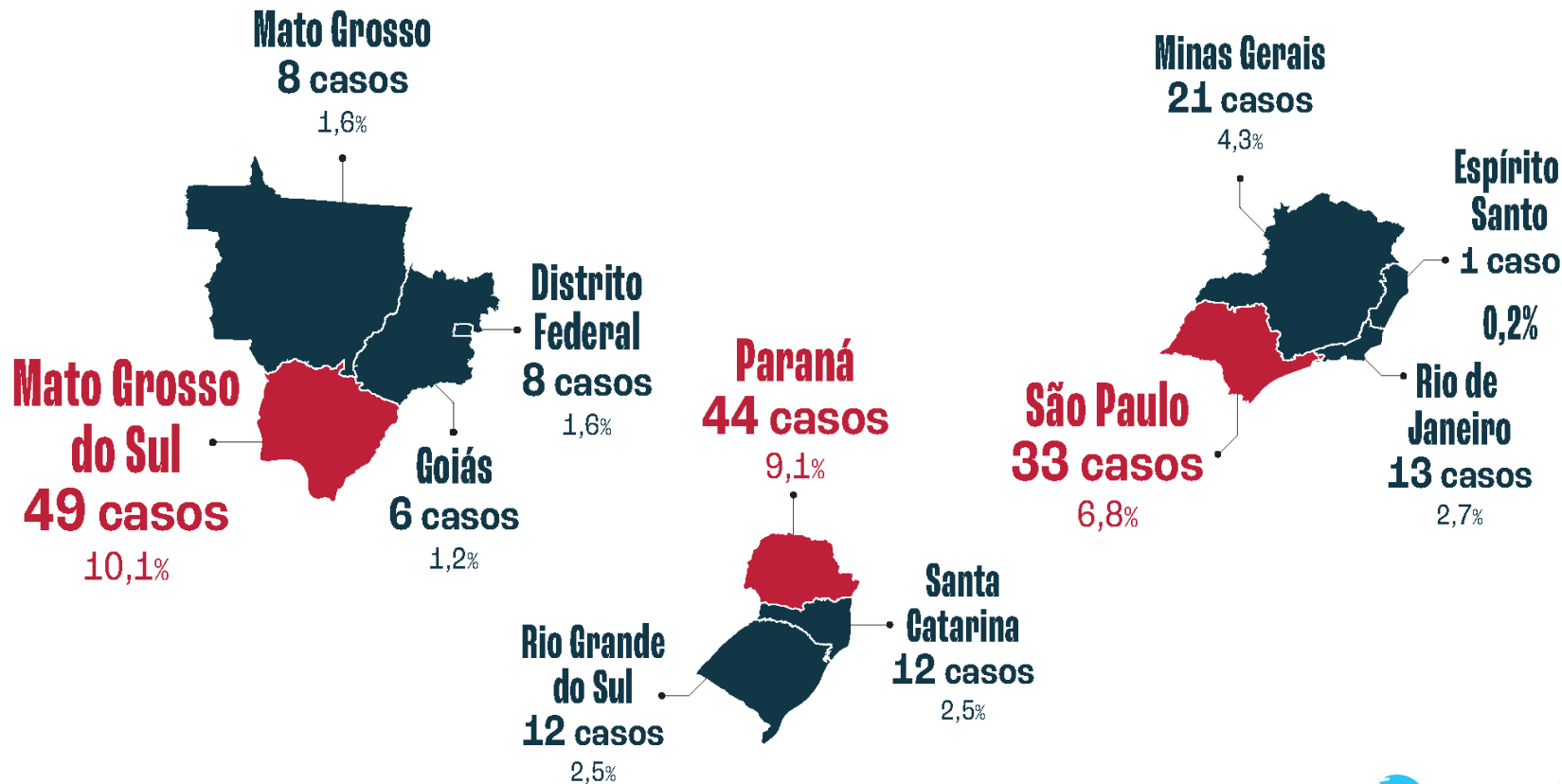


NA LINHA DE FRENTE • 2023 e 2024

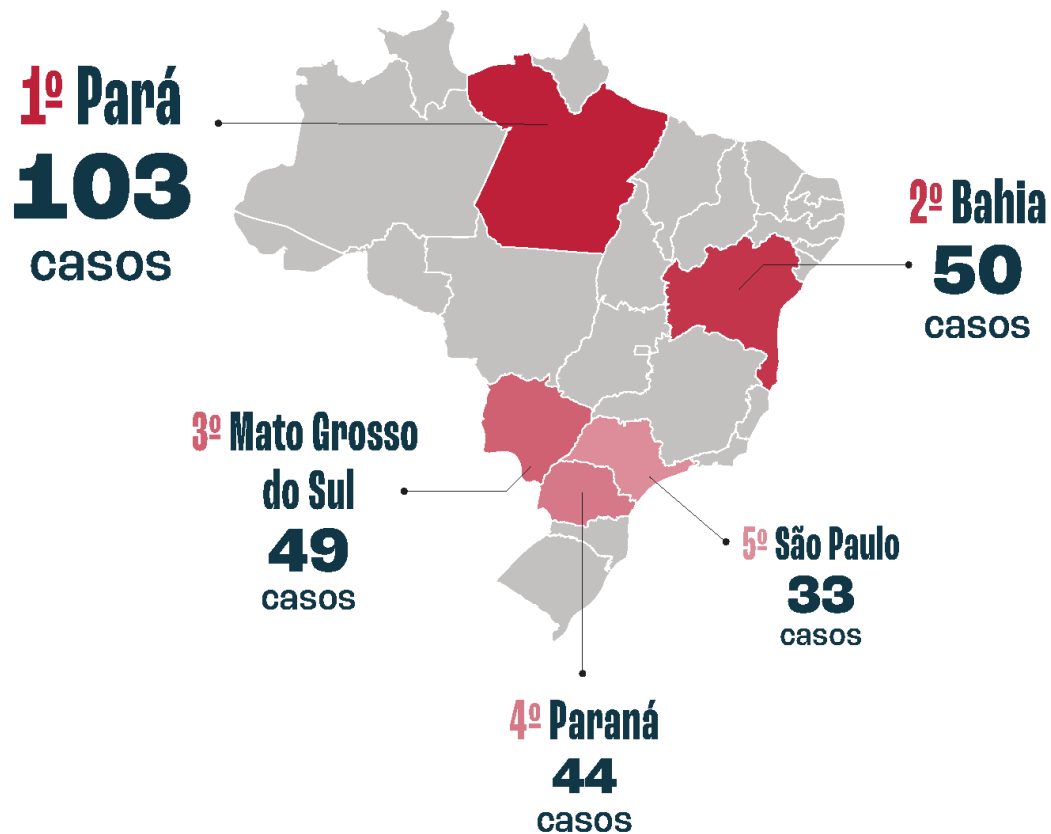
VIOÊNCIA POR ESTADO



VIOÊNCIA POR ESTADO



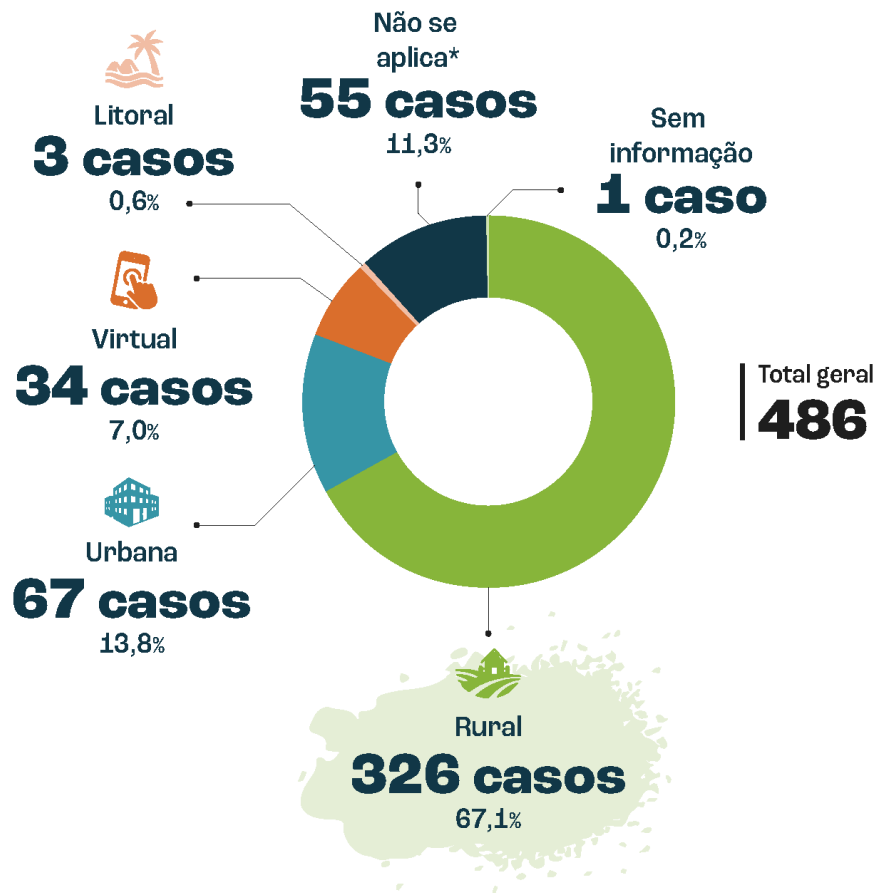
RANKING DOS ESTADOS MAIS VIOLENTOS PARA QUEM DEFENDE DIREITOS HUMANOS



Todas as unidades da federação do Brasil registraram episódios de violência.

O estado do Pará registra **1 a cada 5 casos de violências identificados**. No estado que vai receber a COP do Clima, **94% das violências contra quem defende direitos humanos foram cometidas contra defensores territoriais e ambientais**.

ÁREA ONDE OCORREU A VIOLÊNCIA



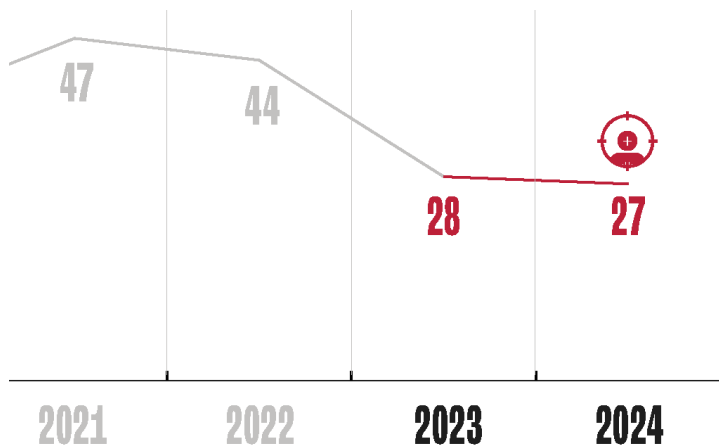
53,9% dos casos aconteceram dentro do território de referência ou na moradia das vítimas

67% aconteceram em área rural

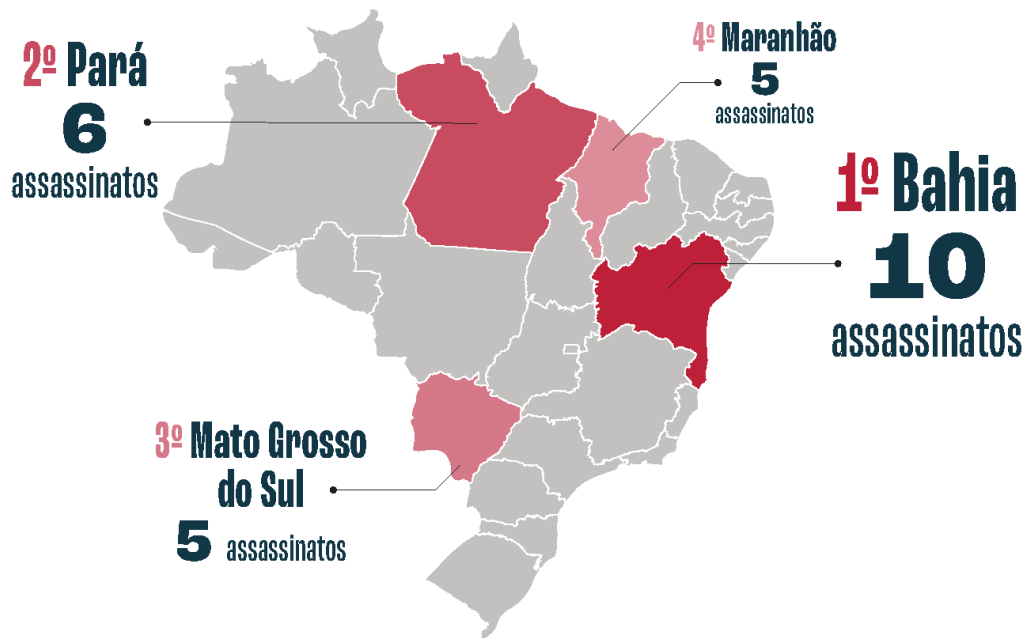


ASSASSINATOS

55 assassinatos
registrados em dois anos.



Ranking dos estados com
maior registro de assassinatos

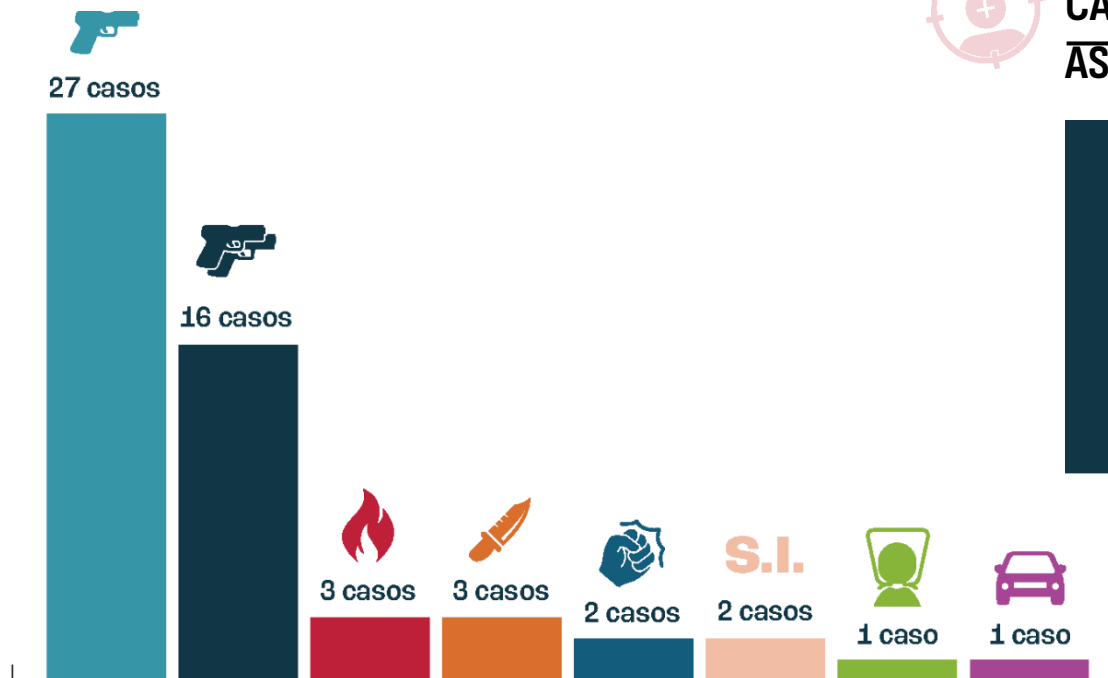


NA LINHA DE FRENTE • 2023 e 2024





CARACTERÍSTICAS DOS ASSASSINATOS



Em relação ao método empregado,

armas de fogo foram utilizadas em 78,2% dos assassinatos.



Tiro



Ateamento de fogo



Espancamento



Asfixia



Múltiplos tiros



Facada

S.I.

Sem informação



Atropelamento

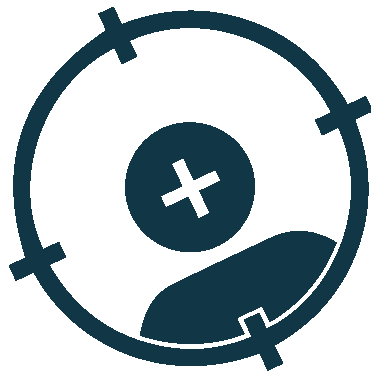
PERFIL DAS VÍTIMAS ASSASSINADAS



- ▶ **78,2%** eram **homens**
- ▶ **36,4%** eram **pessoas negras**
- ▶ **34,5%** eram **pessoas indígenas**
- ▶ **87,3%** eram defensores da terra, território ou meio ambiente

**7 defensoras e
defensores de
direitos humanos**

foram assassinados pela **Polícia**
(**Militar e Civil**)



9 assassinatos

tiveram a participação do
crime organizado

PERFIL DA PESSOA DEFENSORA

Entre 2023 e 2024, foram registrados **318** episódios de violência contra pessoas defensoras de direitos humanos, resultando em 486 vítimas

CASOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS

364 das vítimas
foram indivíduos



122 foram vítimas
coletivas



LUTA DA DEFENSORA OU DEFENSOR

168

indígenas

131

camponeses e trabalhadores rurais
sem-terra

38

quilombolas

34

povos e comunidades tradicionais

Liberdade de expressão



2 (0,4%)

Trabalho



5 (1,0%)

Igualdade racial



7 (1,4%)

Direitos LGBTQIA+



8 (1,6%)

Moradia e Direito à cidade



9 (1,9%)

Igualdade de gênero



11 (2,3%)

Direitos humanos em geral



51 (10,5%)

Terra, território e meio ambiente

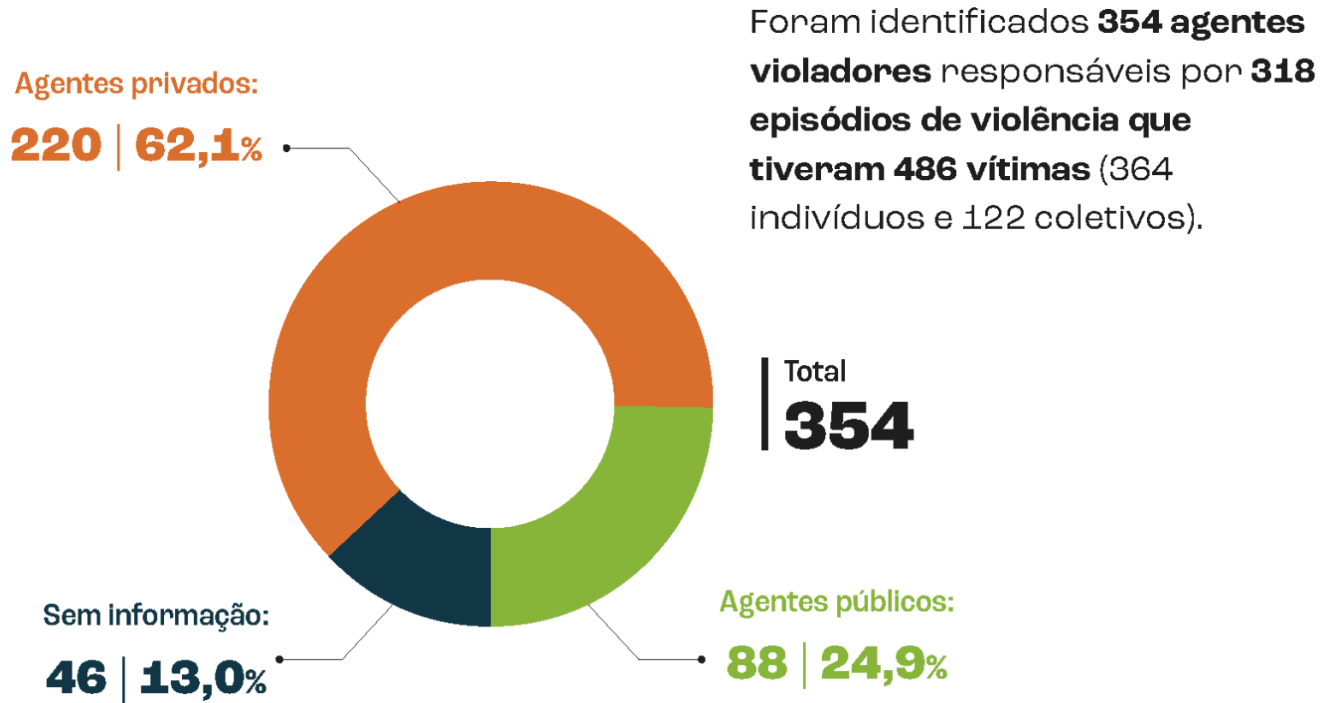


393 (80,9%)

Total geral

486

AGENTES VIOLADORES - DADOS GERAIS



Principais agentes violadores públicos

Número de episódios

Polícia Militar _____ **45**

Polícia Civil _____ **8**

Guarda Municipal _____ **3**

Polícia Federal _____ **2**

Polícias tiveram participação em **18% dos episódios de violência**

Principais agentes violadores privados

Número de episódios

Jagunço/Pistoleiro	_____	42
Fazendeiro	_____	35
Empresa	_____	18
Segurança privada	_____	14
Crime organizado	_____	12

- Editar, em forma de Decreto Presidencial, o Plano Nacional de Proteção das Defensoras e dos Defensores de Direitos Humanos elaborada pelo GTT Sales Pimenta;
- Ratificar e implementar o Acordo de Escazú;
- Criar um Sistema Nacional de Proteção;

- Criar e implementar um protocolo para investigação de crimes cometidos contra pessoas DDH (Sentença Sales Pimenta);
- Criar um mecanismo que permita a reabertura de investigações e processos judiciais, mesmo que tenha ocorrido prescrição, quando uma sentença da Corte Interamericana determinar a responsabilidade internacional do Estado (Sentença Sales Pimenta);
- Adequar o ordenamento jurídico brasileiro quanto à competência da Justiça Militar.

terradedireitos.org.br

